



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 3.363, DE 2024**

**(Do Sr. Pedro Campos)**

Institui o Programa Nacional de Voluntários para recuperação de áreas atingidas por desastres naturais.

**DESPACHO:**

APENSE-SE À(AO) PL-1817/2024.

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD



**PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_, de 2024**  
**(Do Sr. Pedro Campos)**

Institui o Programa Nacional de Voluntários para recuperação de áreas atingidas por desastres naturais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei institui o Programa Nacional de Voluntários para Áreas de Desastre Naturais, com o objetivo de mobilizar profissionais, organizações não governamentais, empresas e estudantes, em caráter voluntário, para prestar serviços em áreas atingidas por desastres naturais, visando à assistência e à recuperação das comunidades afetadas.

Art. 2º Poderão participar do Programa Nacional de Voluntários profissionais, empresas, organizações não governamentais e estudantes com interesse em oferecer serviços em suas áreas de expertise para auxiliar na recuperação de áreas afetadas por desastres naturais.

Art. 3º O Poder Executivo poderá firmar parcerias com instituições de ensino para viabilizar a atuação de estudantes, devidamente supervisionados por orientadores, nas áreas atingidas por desastres naturais, proporcionando-lhes experiência prática e contribuindo para a assistência e a recuperação de territórios e apoio às comunidades afetadas.

Art. 4º Será criado um Cadastro Nacional de Profissionais, Empresas e Instituições Voluntárias com informações sobre áreas de atuação e assistência, com regras de inscrição e acesso definidas pelo órgão competente.





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Deputado Federal PEDRO CAMPOS**

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará o Programa Nacional de Voluntários para Áreas de Desastre Naturais, estabelecendo diretrizes para atuação de voluntários, planejamento de ações integradas e procedimentos e incentivos para adesão e participação no programa, observadas as disposições do parágrafo único do art. 1º da Lei 9.608, de 1998.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICATIVA**

As recentes e devastadoras enchentes que assolaram o Estado do Rio Grande do Sul evidenciam de forma contundente a gravidade das mudanças climáticas em curso. A urgência em implementar políticas públicas preventivas e estabelecer medidas perenes de assistência às áreas afetadas é mais do que evidente. É imprescindível, portanto, a criação imediata de um Programa Nacional de Voluntários para Áreas de Desastre Naturais, capaz de oferecer suporte ao poder público no socorro e na reconstrução dessas regiões.

Este programa não só mobiliza profissionais e empresas voluntárias para prestar assistência às áreas afetadas, mas também engaja universidades e estudantes, garantindo uma resposta coordenada e eficaz diante dos desastres naturais.

Para viabilizar essa mobilização, propõe-se a criação de um Cadastro Nacional de Voluntários, onde profissionais e empresas interessados em oferecer seus serviços em caráter voluntário possam se inscrever, demonstrando suas áreas de expertise e disponibilidade para atuação em situações de emergência.

Além disso, a regulamentação do programa pelo Poder Executivo, com a previsão de estímulos e incentivos, reflete o compromisso do Estado em fomentar a solidariedade e a cooperação social.

Cabe ressaltar que os voluntários podem oferecer assistência em diversas áreas, tais como engenharia, assistência jurídica, psicologia, assistência social e atenção médica. Essa diversidade de habilidades e conhecimentos possibilita uma abordagem abrangente e eficaz para enfrentar os desafios enfrentados pelas comunidades afetadas.





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Deputado Federal PEDRO CAMPOS**

Além disso, o envolvimento ativo da população fortalece o tecido comunitário e social, promovendo uma resposta mais resiliente e sustentável diante dos desafios impostos pelas mudanças climáticas.

Por fim, ressaltamos que outros desastres climáticos evidenciaram a importância da ajuda não governamental no socorro a populações atingidas e reconstrução de áreas afetadas. Destacamos, em particular, a experiência Norte Americana com o furacão Katrina, que atingiu o sul dos Estados Unidos em 2005, causando enormes prejuízos e a morte direta de quase duas mil pessoas. Documento elaborado pela Presidência dos Estados Unidos à época destacou como uma das principais lições aprendidas a necessidade de uma ação coordenada, integrada e planejada entre Governo, voluntários e organizações não governamentais na resposta a desastres naturais.

Dessa forma, solicito apoio dos nobres Pares para aprovação desta proposta legislativa.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2024.

**Deputado PEDRO CAMPOS**  
**PSB/PE**





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI  
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

<b>LEI Nº 9.608, DE 18 DE FEVEREIRO DE 1998</b>	<a href="https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:199802-18:9608">https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:199802-18:9608</a>
---	---

<b>FIM DO DOCUMENTO</b>
-------------------------